

RELATÓRIO  
PROGRAMA LÍDERES LACNIC 2.0

**COMUNIDADES EM REDE: A DESIGUALDADE DIGITAL E O PAPEL DAS  
REDES COMUNITÁRIAS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET**

Nathan Paschoalini Ribeiro Batista

Novembro de 2022

## Sumário

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>3</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>4</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>5</b>
<b>1. Descrição do problema de pesquisa.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Metodologia.....</b>	<b>7</b>
<b>3. Referencial Teórico.....</b>	<b>9</b>
<b>4. Referências bibliográficas.....</b>	<b>12</b>

## **Agradecimentos**

Este projeto foi financiado pelo programa Líderes LACNIC 2.0, em sua edição de 2022. O LACNIC é o Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe é uma organização não governamental internacional estabelecida no Uruguai em 2002. Ela é responsável pela alocação e administração dos recursos de numeração da Internet (IPv4, IPv6), Números Autônomos e Resolução Inversa para a região<sup>12</sup>.

---

<sup>1</sup> Para ver mais, acesse: <https://www.lacnic.net/1042/3/lacnic/acerca-do-lacnic>.

<sup>2</sup> Os pontos de vista e opiniões expressos neste documento e nos podcasts produzidos são os do autor e não refletem, necessariamente, a política ou posicionamento oficial do Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC).

## **Resumo**

O presente projeto teve por objetivo analisar qual o papel das redes comunitárias de acesso à Internet na diminuição e/ou mitigação das desigualdades digitais. A hipótese formulada indica um processo de mitigação das desigualdades digital a partir da implementação de redes comunitárias de acesso à Internet, uma vez que o desenvolvimento destas representa o processo de inclusão digital compreendido a partir de sua vertente em que é pressuposta a apropriação das tecnologias (MORI, 2011) pelos membros de tais comunidades. Para isso, foram feitas entrevistas com membros dos diversos setores que compõem o ecossistema da Internet, as quais serão publicadas em formato de podcast.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital; Redes Comunitárias de Internet; Desigualdades Digitais; Multissetorialismo.

## **Abstract**

This project aimed to analyze the role of Internet Community Networks in the reduction and/or mitigation of digital inequalities. The research hypothesis indicates a process of mitigations of digital inequalities from the implementation of Internet Community Networks, since their development represents a process of digital inclusion understood from its aspect in which the appropriation of technologies (MORI, 2011) by members of such communities is assumed. To this end, interviews were conducted with members of the various sectors that compose the Internet ecosystem, which will be published in podcast format.

**Keywords:** Digital Inclusion; Internet Community Networks; Digital Inequalities; Multistakeholder Governance.

## **1. Descrição do problema de pesquisa**

O problema desta pesquisa está inserido em uma dinâmica mais ampla de desigualdades digitais no Brasil que se manifestam sob diversas perspectivas. A este trabalho, interessa a perspectiva socioeconômica e regional. Uma das facetas de tais desigualdades reside no fato de que uma parcela expressiva da população ainda não goza do que se denomina de conectividade significativa. Por conectividade significativa compreende-se os processos que auxiliarão no desenvolvimento de um pleno acesso à Internet e ao estabelecimento de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento digital (Alliance for Affordable Internet, 2020). Nessa esteira, são estabelecidas algumas dimensões fundamentais ao acesso à Internet, quais sejam: uso regular de Internet; acesso a um dispositivo apropriado; disponibilidade de pacotes de dados suficientes para o uso; e acesso à uma conexão rápida (Alliance for Affordable Internet, 2020).

Apesar de os dados históricos sobre acesso no Brasil apontarem para um aumento significativo nos índices de domicílios com acesso à Internet, é possível notar que tanto as classes DE, as áreas rurais e as regiões norte e nordeste ainda sofrem com um déficit no acesso à Internet (CETIC.br, 2022).

Em pesquisa recentemente conduzida e publicada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), em conjunto com a Derechos Digitales, evidencia as dificuldades de universalização do acesso à Internet na região norte do Brasil, as quais estão relacionadas, majoritariamente, com os altos preços praticados por provedores de acesso à Internet. Ainda que esse seja o principal motivo, a pesquisa identifica o fato de que a indisponibilidade do serviço de Internet na região também assume um caráter preponderante (IDEC, 2022).

Considerando esse contexto, o projeto buscou identificar qual o papel das redes comunitárias na diminuição e/ou mitigação das desigualdades digitais.

A partir do delineamento da pergunta acima, formulou-se a hipótese de que o desenvolvimento redes comunitárias de acesso à Internet possuem um papel fundamental na mitigação das desigualdades digitais, uma vez que a constituição de redes comunitárias representa um processo de inclusão digital, compreendido como a manifestação da inclusão digital em sua vertente de apropriação de tecnologias (MORI, 2011).

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem exploratória, uma vez que o um dos propósitos dessa pesquisa era o de estabelecer uma relação mais familiarizada com o problema de pesquisa, de modo a torná-lo mais evidente, visando a construção mais sólida de hipóteses futuras (GIL, 2017).

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, foi proposta a seguinte divisão: i) revisão bibliográfica sobre os temas de desigualdades digitais no Brasil, redes comunitárias e métodos de condução de entrevistas; ii) preparação de roteiros para entrevistas; ii) condução de entrevistas, majoritariamente, remotas, com os principais atores envolvidos nas discussões sobre desigualdades digitais e implementação de redes comunitárias de acesso à Internet.

A opção pela condução de entrevistas se justifica pela necessidade de se dar voz aos principais atores envolvidos no desenvolvimento e implementação de redes comunitárias de acesso à Internet, em especial pessoas membras das comunidades que se beneficiam de tais redes.

Nesse sentido, as entrevistas cumprem com o objetivo de debater questões relativas à desigualdade digital e como ela impacta grupos sociais vulnerabilizados, bem como quais são os desafios impostos para que essa desigualdade seja superada. Desse modo, pretende-se conduzir entrevistas com membros do setor público, setor privado, academia, terceiro setor e setor técnico e com pessoas membras das comunidades que utilizam redes comunitárias.

As entrevistas tinham por objetivo, além de proporcionar o debate sobre as questões acima mencionadas e de dar voz aos principais atores envolvidos no processo de desenvolvimento e implementação de redes comunitárias, identificar a percepção dos diferentes setores acerca do que se compreende sobre inclusão digital e qual o papel das redes comunitárias na superação e/ou mitigação das desigualdades digitais. Assim, tais perguntas foram feitas a todas as pessoas entrevistadas ao longo do programa.

Para cada um dos entrevistados, foi elaborado um documento em que se contextualizava o projeto, apresentava algumas informações sobre o podcast e apresentava uma sugestão de pauta<sup>3</sup>. As entrevistas foram conduzidas em formato compatível com a mídia podcast<sup>4</sup>, a partir da compreensão de que, atualmente, o Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo, aumentando, assim, o potencial de alcance dos resultados da pesquisa

---

<sup>3</sup> Os documentos podem ser acessados por meio do seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/11518XoVT6DXdAlce1Od8HnD5YRv3WvWP/view?usp=sharing>

<sup>4</sup> Os áudios das gravações podem ser acessados por meio do seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1vukmdMbGH0n9kWsc-vsh2FQsJARDSzkF?usp=sharing>

(EXAME, 2022).

Na tabela abaixo, é possível identificar tanto as pessoas convidadas para as entrevistas, quanto o setor a qual pertencem<sup>5</sup>:

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Organização</b>	<b>Data da entrevista</b>
Paloma Rocillo	Terceiro setor	Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS BH)	30 de setembro de 2022
Eduardo Jacomassi	Setor governamental	Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	11 de outubro de 2022
Jader Gama	Terceiro setor/Academia	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação Escola Bosque	15 de outubro de 2022
Gabriela Nardy		Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br)	24 de outubro de 2022
Flávia Lefèvre	Terceiro setor/setor privado	Intervezes/Lefèvre Advogados	24 de outubro de 2022
Diego Vicentin	Academia	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	25 de outubro de 2022

<sup>5</sup> Em razão tanto da disponibilidade dos convidados quanto por motivos de saúde do pesquisador responsável por este projeto, três entrevistas precisarão ser conduzidas na semana do dia 24 de outubro de 2022.



### 3. Referencial teórico

A série histórica de dados acerca dos índices de acesso à Internet no Brasil demonstram que, com o passar dos anos, houve um processo de crescimento no acesso à rede das redes. Contudo, apesar deste avanço, nota-se que algumas regiões do país, como as regiões norte e nordeste, as áreas rurais e as classes sociais DE gozam menos de um acesso pleno à Internet (CETIC.br, 2022a; IDEC, 2022). De modo que é revelado um processo de desigualdades digitais, que acompanham um processo mais amplo e estrutural de desigualdades sociais.

A noção de desigualdade digital pode ser apontada como uma antípoda da noção de inclusão digital. Sobre esta última, Mori (2011) aponta para o fato de que o termo “inclusão digital” tem como pressuposto a existência de uma assimetria na participação de indivíduos nos processos sociais que constituem o que Castells (1999) denomina de sociedade em rede. Assim, a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se justifica pela necessidade de se desenvolver esse novo modelo social, o qual se intensifica com a “popularização” da Internet (MORI, 2011). No entanto, Bonilla e Oliveira (2011) salientam o fato de que as diferentes compreensões sobre o binômio “inclusão/exclusão digital” têm provocado intensos debates acadêmicos.

Bonilla e Oliveira (2011) argumentam pela fragilidade conceitual que perpassa o referido binômio, de modo que “a abordagem das questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso e uso das TIC parece seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social diretamente a uma nova forma de exclusão, agora denominada digital” (BONILLA, OLIVEIRA, 2011, p. 30). Desse modo, as discussões acerca da inclusão digital não podem ser apartadas da compreensão sobre a sua antípoda, a exclusão digital, cuja concepção remonta aos anos 1980, com a ampliação do acesso à computadores em ambientes de trabalho, sendo intensificada nos anos de 1990, com a “popularização” da Internet (BONILLA, OLIVEIRA, 2011).

Considerando a fragilidade destes conceitos, evidencia-se um processo de quantificação da exclusão digital, por meio de indicadores sociais e estatísticas (BONILLA, OLIVEIRA, 2011), produzidas por instituições como o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR (Nic.br). Ao tratar desse processo, Bonilla e Oliveira (2011) destacam que, para alguns autores, a abordagem meramente quantitativa é insuficiente para a compreensão de fatores políticos, culturais e socioeconômicos que se relacionam à

inclusão/exclusão digital.

Nesse sentido, Iizuka (2003, p. 42), destaca que há um “foco demasiado no fato em si e pouca atenção ao processo e a dinâmica que excluiu as pessoas e as organizações no acesso e uso das novas tecnologias”. Nessa mesma esteira, Bonilla e Oliveira (2011), ao tratar do pensamento de Robert Castel (1998), evidenciam outras inconsistências que surgem quando da relação entre exclusão digital e desfiliação.

Para o autor, desfiliação refere-se à perda dos suportes sociais que garantem o exercício de direitos iguais em uma sociedade democrática e o desengajamento material e simbólico dos indivíduos no laço social (BONILLA, OLIVEIRA, 2011, p. 33).

Dessa forma, Bonilla e Oliveira (2011), concluem, a partir de tais pressupostos, que a parcela da população privada do acesso às TICs não poderia sequer ser considerada como digitalmente excluída, uma vez que nunca houve o reconhecimento do direito ao acesso à tais tecnologias. No entanto, o fato de não ter havido o reconhecimento material deste direito representa uma contradição interna de um ordenamento jurídico que reconhece a comunicação como um direito humano, o qual se concretiza, hodiernamente, por meio das TICs, de modo que tanto o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, quanto a liberdade de expressão e interação em rede constituem a concepção contemporânea de cidadania (BONILLA, OLIVEIRA, 2011).

Apesar das limitações teórico-conceituais e das dissonâncias acadêmicas para se compreender o que, de fato, consiste o binômio inclusão/exclusão digital, Mori (2011) propõe uma esquematização, em que as distintas compreensões acerca desse fenômeno social podem ser reunidas em três eixos analíticos: “a) ‘inclusão digital’ como acesso; b) ‘inclusão digital’ como ‘alfabetização digital’; c) ‘inclusão digital’ como apropriação de tecnologias” (MORI, 2011, p. 40).

Para os fins deste projeto, interessa a noção de inclusão digital como a apropriação de tecnologias. Sob essa perspectiva, o objetivo da inclusão digital reside na apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação, não se resumindo às capacidades de uso das TICs, proporcionadas pelo processo de alfabetização digital. Nesse sentido, Mori (2011), aponta que, nessa noção de inclusão digital, é necessária a existência de processos que permitam aos usuários a compreensão do significado dos meios técnicos e digitais, de modo que estes indivíduos não se constituam apenas como consumidores.

A partir da compreensão da inclusão digital como processos socioeconômicos e culturais que possibilitam a apropriação das TICs pelos indivíduos, é possível mencionar as Redes Comunitárias de Internet. Tais redes podem ser compreendidas como uma subcategoria de redes organizadas e geridas coletivamente, sem fins lucrativos e que objetivam a concretização do direito à comunicação, por meio dos princípios de participação democrática, equidade, igualdade de gênero, diversidade e pluralidade<sup>6</sup> (I CÚPULA LATINO AMERICANA DE REDES COMUNITÁRIAS, 2018).

Diego Vicentin (2016) aponta para o fato de que, em grande medida, o impulsionamento da criação e desenvolvimento de redes comunitárias de Internet está ancorado na incapacidade de os provedores de Internet expandirem sua infraestrutura de rede, bem como proporcionar um acesso de qualidade, a preços acessíveis, em regiões que, não necessariamente, representam um interesse comercial. Tal conclusão encontra eco nos resultados da pesquisa “Redes Comunitárias de Internet no Brasil: experiências de implantação e desafios para a inclusão digital”, realizada pelo CETIC.br, em 2022 (CETIC.br, 2022b). Segundo essa pesquisa, o modelo empresarial não foi capaz de universalizar o acesso à Internet, tendo em vista que os altos investimentos em infraestrutura em determinadas regiões do país não se converterão em retornos financeiros suficientemente vantajosos para as empresas provedoras de internet (CETIC.br, 2022b).

A partir desse diagnóstico, a constituição de redes comunitárias passa a ser uma possibilidade alternativa para suprir a necessidade de conectividade à Internet, que não são abarcadas por provedores comerciais de Internet.

Apesar disso, as motivações que levam à criação de uma rede comunitária podem ser diversas, podendo variar

(...) desde o simples desejo por uma conexão à Internet que tenha qualidade satisfatória e preço acessível, até motivações tecnopolíticas mais refinadas, de grupos que pretendem exercer algum grau de autonomia sobre os meios através dos quais se comunicam, ou seja, querem exercer autonomia sobre seu próprio sistema de informação. Daí que as redes comunitárias se vinculam e se associam a outros movimentos que também atravessam e informam a dimensão tecnopolítica da realidade. (VICENTIN, 2016, p. 7).

A partir dos princípios que norteiam a implantação de uma rede comunitária, é possível compreender que o usuário assume um papel ativo na relação com a tecnologia, de modo a subverter a lógica pela qual usualmente se compreende a Internet atualmente, como um serviço oferecido pelo setor privado (VICENTIN, 2016). Desse modo, há um processo de

---

<sup>6</sup> O link de acesso ao documento produzido durante a I Cúpula Latino Americana de Redes Comunitárias pode ser encontrado aqui: <https://www.coolab.org/2018/11/cupula-de-redes-comunitarias/>.

apropriação da técnica e da tecnologia pelos usuários, o que permite o início de um processo de inclusão digital.

#### 4. Bibliografia

ALLIANCE FOR AFFORDABLE INTERNET (A4AI). Meaningful Connectivity: a new target to raise the bar of internet access, 2020. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1qydsmTY4hln3pP4dWJbCSRfna8SfDYAtGfacKYwhVk8/edit>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão Digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (orgs.). Inclusão Digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 23-48. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063.pdf#page=24>. Acesso em: 20 out. 2022.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). TIC Domicílios 2021 – Lançamento dos Resultados. 2022a. Disponível em: [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2021\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf). Acesso em: 20 out. 2022a.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). Redes Comunitárias de Internet no Brasil: experiências de implantação e desafios para a inclusão digital. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2022b. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20220905125048/estudos\\_setoriais\\_redes\\_comunitarias\\_de\\_internet\\_no\\_brasil.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20220905125048/estudos_setoriais_redes_comunitarias_de_internet_no_brasil.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.

I CÚPULA LATINO AMERICANA DE REDES COMUNITÁRIAS. [sem título], 2018. Disponível em: <https://www.coolab.org/2018/11/cupula-de-redes-comunitarias/>. Acesso em: 20 out. 2022.

IIZUKA, Edson Sadao. Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos de São Paulo. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2397>. Acesso em: 20 out. 2022.

IDEC. Acesso à Internet na Região Norte do Brasil. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Derechos Digitales. Mar. 2022. Disponível em: <https://idec.org.br/pesquisas-acesso-internet>. Acesso em: 20 out. 2022.

MORI, Cristina Kiomi. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010. 351p. Tese (Doutorado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10560/1/2011\\_CristinaKiomiMori](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10560/1/2011_CristinaKiomiMori). Acesso em: 20 out. 2022.

ROVAROTO, Isabela. Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo. Exame, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>. Acesso em: 20 out. 2022.

VICENTIN, Diego. Governança da Internet, Infraestrutura e Resistências. Anais do IV Simpósio Internacional da LAVITS, 2016. Disponível em: [https://lavits.org/wp-content/uploads/2017/08/P8\\_Vicentin.pdf](https://lavits.org/wp-content/uploads/2017/08/P8_Vicentin.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.